



Em Questão

ISSN: 1807-8893

emquestao@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do

Sul

Brasil

de Araujo Lopes, Alex; Freire, Isa Maria
Orçamento participativo: uma abordagem na perspectiva da Ciência da Informação
Em Questão, vol. 17, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 19-31
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465646048001>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Orçamento participativo: uma abordagem na perspectiva da Ciência da Informação

Alex de Araujo Lopes
Isa Maria Freire

RESUMO

Este trabalho postula destacar a importância do orçamento participativo como fonte de inclusão social na sociedade intensiva de informação, em conjunto com os postulados da Ciência da Informação. O modelo participativo de gestão do orçamento participativo apresenta sinais de possibilidades de construção de um método provedor de democracia, e nesse processo a informação torna-se insumo inestimável. Nesse contexto, a Ciência da Informação surge como uma teia de formulações com laços concomitantes para que o acesso, a disseminação, o registro e a organização das informações produzidas sejam transformadas em realidades, sugerindo, ademais, proposições de ordem educativa para a cidadania. No atual momento de transição histórica e cultural pela qual estamos passando na sociedade brasileira, comunidades e pessoas excluídas econômica e socialmente tem a possibilidade de participar do processo de gestão democrática mediante o orçamento participativo. Estes núcleos de compartilhamento de informações, conhecimentos e saberes tendem a contribuir para criar alternativas de transformação do espaço social, de modo a promover a inclusão dos grupos sociais menos favorecidos no acesso à informação.

PALAVRAS-CHAVE: Orçamento participativo. Inclusão social. Políticas públicas. Ciência da Informação.

| 1 Introdução

Este artigo discorre sobre o orçamento democrático na cidade de João Pessoa (PB) como proposta de inclusão social pelo caminho da socialização e promoção de acesso público à informação, a partir da construção de um protótipo de rede virtual de comunicação. Espera-se promover a mediação entre atores e agentes envolvidos no processo de orçamento participativo em um dado regime de informação, como referência de geração de informações cujo teor se consolida nas trocas, alimentação e realimentação de informações.

A socialização da informação é um pressuposto importante para construção de ambientes de inclusão, para os quais se requer mecanismos de comunicação para que essa socialização seja de fato real. Seguindo este raciocínio, emerge a Ciência da Informação, no contexto do regime e ações de informação¹ em conjunto com as tecnologias digitais para tornar possível uma proposta de reunir no ambiente virtual as informações e propostas do orçamento democrático no município de João Pessoa.

O alvorecer da proposta emergiu dos ideários do orçamento participativo, que tem como eixo a possibilidade de gestão para participação popular nos processos decisórios do Estado, e da perspectiva da responsabilidade social da Ciência da Informação (FREIRE, 2001) com seus construtos e artefatos disponibilizados atualmente, justificando dessa forma a formulação dos atores potenciais que dela necessitam. Pois na sociedade da informação, ofertar elementos que possibilitem alçar determinados grupos sociais a categoria de cidadãos é uma responsabilidade social inerente a Ciência da Informação.

Dessa forma, construir um artefato de comunicação e informação como tecnologia de mediação para compartilhamento de informações e conhecimentos sobre o orçamento participativo é fundamental para o êxito dessa proposta. Esse artefato, uma rede de comunicação e aprendizagem sobre o orçamento participativo, atuará numa interação entre o usuário e as fontes de informação, respeitando a visão de mundo dos usuários, sua linguagem e meios comunicativos, de forma a contribuir para a socialização da informação.

¹ O construto **regime de informação**, proposto por de González de Gómez (1999, p.24), representa o “[...] conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos [...]”. Nessa perspectiva, a Ciência da Informação é “[...] aquela que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto ‘informação’ for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 61).

| 2 Socialização da informação: um emblema para as ciências

Sistematização e representação do conhecimento científico gerado, a Ciência da Informação reflete sobre recursos e dispositivos propulsores de fluxos informacionais para geração de novos conhecimentos. Nesta sociedade com intenso fluxo e produtora de informação e conhecimento, as redes de comunicação assumem

papel vital para tornar a informação ainda mais relevante, utilizando seus dispositivos no regime de informação, como destaca Assmann (2000, p. 15):

A sociedade da informação é a sociedade que está atualmente a constituir-se, na qual são amplamente utilizadas tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação de baixo custo. Esta generalização da utilização da informação e dos dados é acompanhada inovações por inovações organizacionais, comerciais, sociais e jurídicas que alterarão profundamente o modo de vida tanto no mundo do trabalho como na sociedade em geral.

Freire (2008, p. 64) coloca mais expressivamente a presença da informação e do conhecimento na nova realidade social, já que estamos no início da sociedade do aprendizado contínuo, onde a valorização da informação e do saber ocupa um papel chave caracterizado pela exigência de um aprendizado ininterrupto, onde os trabalhadores passam a lidar com novas exigências profissionais e sociais, já que:

[...] as tecnologias digitais de informação estão cada vez mais presentes em todos os segmentos da sociedade, concorrendo para que surjam novas formas em relação à produção e aquisição de saberes. [...] surgem novos processos, tais como a aprendizagem e o trabalho cooperativos assistidos por computador, que se traduz em aprendizagem cooperativa. Isso nos leva a uma **realidade possível**, onde cursos e treinamentos são ministrados à distância, e o trabalho pode ser efetuado por pessoas que estão em diferentes locais. De imediato, percebemos a possibilidade, também, de uma diminuição de custos operacionais, já que as pessoas não precisariam mais se deslocar para um ‘local de trabalho’. (Grifo do autor)

Os artefatos tecnológicos dispostos em suas mais variadas usabilidades vêm provocando nas comunidades formas de comunicação e informação distintas, expressas na virtualidade. Por este meio as informações transitam por diversos canais, em especial a Internet, cujas informações, resultados de fatos, notícias e dados que se originam das redes de TV, jornais, organizações, instituições públicas e privadas, além de pessoas isoladas, transformam o cotidiano. Todos interligados por redes de comunicação.

Pierre Levy (2001) discorre sobre os princípios que fazem com que o crescimento do ciberespaço se torne canal de ligação entre todos. O primeiro é a **interconexão**, fundamental para manter o ciberespaço ligado através de redes; o segundo é a **criação de comunidades virtuais**, que seria a implantação da massa crítica unida por um interesse comum, participando de vários mecanismos de interação; o terceiro, de que tratamos em nosso trabalho, é a **inteligência coletiva**, na qual se propõe que a informação de todos para todos aumentaria a possibilidade de geração de novos conhecimentos:

[...] a inteligência coletiva não é um conceito exclusivamente cognitivo. Inteligência deve ser compreendida aqui como na expressão “trabalhar em comum acordo” [...] Trata-se de uma abordagem de caráter bem geral da vida em sociedade e de seu possível futuro. [...] Essa visão de futuro organiza-se em torno

de dois eixos complementares: o da renovação do laço social por intermédio do conhecimento e o da inteligência coletiva propriamente dita. (LÉVY, 2001)²

 ² Documento eletrônico.

Na dinâmica social atual, a Ciência da Informação assume papel de destaque na construção de elementos que promovam a participação popular no contexto político, social e econômico. Nessa leitura, Le Coadic (1996) reafirma o pensamento sobre a função social da Ciência da Informação, ao apontar que a sociedade necessita de uma ciência que estude as propriedades da informação e os processos de sua construção, comunicação e uso, diante de três categorias de mudanças: culturais, econômicas e tecnológicas. Para o autor, “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa), oral ou audiovisual.” (LE COADIC, 1996, p. 7). No momento presente da sociedade, organizar as informações de uma forma lógica, em ambiente virtual de comunicação, ou seja, interagindo com a diversidade presente nas comunidades ou grupos, torna-se quase imperativo, haja visto que historicamente a sociedade brasileira sempre esteve a mercê do Estado. Neste momento histórico há possibilidade real de participação popular no processo de gestão democrática dos recursos, e uma dessas possibilidades resulta no orçamento participativo.

| 3 Orçamento participativo: um empoderamento social

No decorrer dos anos 1980, a redemocratização do País e o aprofundamento da crise econômica expuseram totalmente a crise do Estado. As principais características do funcionamento estatal no regime militar deixavam de atender às novas demandas sociais: centralidade excessiva, pouca capacidade gerencial, ineficiência na prestação de serviços, ausência de mecanismos democráticos de controle e participação, corrupção e, estagnação estatal.

Passado esse tempo, as últimas décadas de produções tecnológicas intensas vem exigindo tamanha articulação que os países ricos passaram a desenvolver uma proposta para a sociedade como um todo. Universidades, governos e empresas dividem entre si o papel de difundir o conhecimento existente e transformá-lo em novos produtos e serviços com o apoio de competências espalhadas pela sociedade. Nessa sociedade plural, as gestões deveriam ser marcadas pela promoção de acesso aos recursos, em especial a informação. Disponibilizar e compartilhar informações através de tecnologias operacionais objetivando a socialização das informações produzidas, tornou-se vital para a inclusão de determinados grupos sociais no cenário de economia global, como explicitado por Freire (2004, p. 17):

[...] desde o momento inicial da evolução da humanidade, a informação, no sentido geral de comunicação, esteve presente através da técnica e da linguagem, ou seja, da maneira de fazer determinados objetos, como roupas, armas, armadilhas, mapas, entre outros, e da forma de transmitir o conhecimento sobre esse fazer [...]

O orçamento participativo é fruto de idéias amparadas em valores, planejamento e organização sociopolíticos da nossa sociedade com a participação popular nos diálogos sobre as diretrizes de investimentos do Estado. As idéias, os sentidos, a cultura de determinadas práticas sociais estão embasadas no que chamamos de paradigma. Paradigma entendido não apenas como modelo ou padrão, mas também como um campo complexo de conceitos que contém e comporta uma determinada concepção de homem e de mundo e das relações que se estabelecem entre sujeito e objeto do conhecimento.

Nesse sentido, a participação popular nas decisões do uso dos recursos públicos se caracteriza como princípio norteador o constructo da cidadania, haja vista que esta prática se baseia no planejamento, uma fonte de inclusão social que, com seus resguardos, guarda uma profunda similaridade com a cidadania. No caso do orçamento participativo área de gestão escolhida para o projeto Socialização da Informação como pode ser um destes mecanismos, pois a sua estrutura de comunicação e linguagem se torna importante em comunidades carentes de informação como sinaliza Marquetti (2008, p. 15):

A democracia participativa enfatiza a presença dos cidadãos comuns nos processos de tomada de decisões, colocando-os em condições comuns nos processos de tomadas de decisões, colocando-os em condições de igualdade com as elites econômicas e sociais. Para isso, é de grande relevância que esses cidadãos, ou seus representantes tenham um papel central na definição da agenda.

A participação popular na discussão da aplicação dos recursos públicos representa um esforço para criar condições institucionais favoráveis à emergência da cidadania, em novas formas de gestão sócio-estatal donde a sistemática “partilha de poder” baseado em critérios objetivos, impessoais e universais são os elementos mais fundamentais.

O orçamento participativo é um mecanismo de gestão que, alinhado às tecnologias informacionais, possibilita o empoderamento de determinados grupos sociais, como observa Fedozzi (2001, p. 93): “interpretado como uma estratégia de promoção da cidadania no Brasil o orçamento participativo distancia-se, portanto, da longa tradição autoritária que caracteriza a sociedade brasileira.” Estratégico e dinâmico, o orçamento participativo tende a preencher o vácuo deixado por um Estado segregador, pois com o seu processo elaborado a partir de assembleias populares se torna um referencial **do e para o País**, haja vista que traz

para o centro da discussão o município e o Estado, forçando este último a trabalhar dentro do planejamento definido pelo primeiro, como salientado por Balaban (2006, p. 29): “Nesse sentido, a aproximação entre vários órgãos do Estado e as organizações da sociedade civil que realizam o controle sobre políticas públicas tem sido fator essencial para a melhoria da qualidade do gasto público e o exercício da cidadania.” É válido lembrar que na sociedade da informação a própria informação se torna vital para a promoção das alterações de estruturas, pois, como afirma Araujo (1994, p. 84):

[...] [pois] se a informação é a mais poderosa força de transformação do homem [o] poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa tem a capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo.

Todavia, não somente esse fato é suficiente para a concretização das ações de informação. São necessários outros mecanismos que possibilitem levar a cabo tal intento, como o uso das tecnologias ou artefatos de comunicação e informação que atuam como mediadores entre a informação disponível, por exemplo, sobre orçamento participativo e os grupos formuladores, defensores e utilitários da gestão participativa. Ademais, estas tecnologias de informação e comunicação por si mesmas não resolvem problemas sociais, embora podem prover um suporte eficiente para soluções eficazes e ajudar no estabelecimento de “pontes” entre elementos formais e redes sociais informais existentes em comunidades locais.

No bojo dos apontamentos feitos até aqui, o orçamento participativo e a Ciência da Informação permitem construir mecanismo necessários para produzir condições de acesso à cidadania com justiça social e acessos como observam Wersig e Neveling (1975, p. 134): “Atualmente, transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da Informação.” Ainda segundo os autores, apesar de estarmos vivendo em uma sociedade onde a informação ocupa lugar de destaque para o desenvolvimento econômico e social, ainda persiste a desigualdade e as barreiras no acesso a informação. Neste contexto, torna-se vital a troca de experiências entre usuários e ao mesmo tempo facilitar o acesso a grande quantidade de informações produzidas sobre orçamento participativo, de modo que a possibilidade de cidadania se torne real.

Os profissionais da comunicação e da informação também se tornaram relevantes para o desenvolvimento da sociedade, em decorrência do papel social de facilitar a comunicação entre usuários de conhecimento e fontes que produzem esse recurso e o disponibilizam como informação. Esse papel se realiza nas atividades e mecanismos através dos quais a informação

circula no sistema de comunicação social, em especial nas redes de comunicação. Nesse processo, novas oportunidades para transferência efetiva da informação e do conhecimento podem ser criadas, de modo a apoiar atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade. (WERSIG; NEVELING, 1975. p. 128)

Nesse sentido, um protótipo de rede virtual de comunicação e informação sobre a prática de orçamento participativo representa uma ação de informação para criar a cultura participante no ambiente virtual; um ambiente de discussão e troca de informações onde um processo sócio-educativo se configure como força potenciadora de inclusão dos seus respectivos “mundos”, ecoadas nas palavras de Freire (2000, p. 101):

[...] construir um produto de informação a partir da interação com seus usuários potenciais, levando em consideração sua visão de mundo, suas formas de expressão e meios de comunicação, de modo a contribuir para o desenvolvimento de instrumentos de socialização da informação. Um produto de informação a partir do conhecimento próprio das pessoas que poderão vir a usá-lo, na sociedade [...].

Considerar as variáveis usuário/sistema para que o produto seja interativo e inclusivo, condicionado pela informação relevante e usuários potenciais, é imperativo para gestar uma inteligência coletiva como expressa Lévy (2001)³:

[...] a inteligência coletiva não é um conceito exclusivamente cognitivo. Inteligência deve ser compreendida aqui como na expressão “trabalhar em comum acordo” [...] Trata-se de uma abordagem de caráter bem geral da vida em sociedade e de seu possível futuro. [...] Essa visão de futuro organiza-se em torno de dois eixos complementares: o da renovação do laço social por intermédio do conhecimento e o da inteligência coletiva propriamente dita.

Esse protótipo tende a se tornar uma ferramenta estratégica e dinamizadora para esboçar certa diminuição do grave abismo que permeia a sociedade brasileira. Para construir a cidadania e promover a inclusão nesta sociedade intensiva de informações, o acesso e sua transferência passam a serem importantes insumos neta cadeia produtiva como destaca Assmann (2000, p. 15): “[...] é a sociedade que está atualmente a constituir-se, na qual são amplamente utilizadas tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação”.

| 4 Gestão da informação: criando oportunidades de socialização

No cerne das transformações tecnológicas vigentes uma nova configuração de comunicação direciona o futuro. Esta ganha um caráter estrutural e aparece como direção de convergência de todas as mudanças. Nesse contexto, a busca por uma reformulação da cidadania informacional, num dado momento objetiva aprofundar o campo de relações democráticas entre o governo e a

³ Documento eletrônico.

cidadania, noutro se propõe a inovar as estruturas de articulação e reformular a distribuição de responsabilidades.

Desde tempos remotos que a informação é recurso de poder pela vinculação do desenvolvimento com a capacidade de uma sociedade em gerar e aplicar conhecimentos. Todavia foi no sec. XX que ocorreu uma explosão de produções tecnológicas ao mesmo tempo em que a sua organização e disseminação se deu por novos ambientes como a virtualidade, como atesta Freire (2000, p. 102):

No século XX, houve grande desenvolvimento em várias áreas do conhecimento, principalmente na criação de novas tecnologias de informação lideradas pelo computador. Neste contexto, a informação ganha cada vez mais relevância e o ato de aprender se torna uma necessidade constante para acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade.

O orçamento participativo é uma realidade para populações marginalizadas pelas políticas públicas em geral. As gestões cuja transparência e responsabilidade sejam seu foco se torna o eixo para encaminhamentos das mudanças desse paradigma excluidentes. O mesmo vem passo a passo demonstrando ser uma inovação gerencial idealizada pela revolução cubana de 1959 e trazida para o Brasil por exilados do golpe militar de 1964. Testado seu valor no arriscado terreno das instituições marcadas pelo clientelismo é legítimo no processo de reconhecer o homem como homem capaz de se incluir ao ideário da cidadania, apontado por Felix (2002, p. 111):

[...] o OP [orçamento participativo] começa a expandir o raio da sua influência para todo o país e para o exterior. Há nisso mais do que um prêmio à coerência e à perseverança: há o reconhecimento por um leque amplo de setores democráticos e de esquerda da importância desse mecanismo inovador, quase revolucionário, na gestão pública.

A Ciência da Informação sustenta as novas demandas de informação e conhecimento através de seus mecanismos organizacionais de gerenciamento da informação, apoiada em tecnologias intelectuais e digitais.

[Na] sociedade intensiva de conhecimento, que produz e consome grandes quantidades de informação, as redes de comunicação de dados e troca de mensagens têm um papel importante. Dentre estas redes, destaca-se a Internet, em especial pela demanda para criação de novas tecnologias da informação. (FREIRE, 2000, p. 102)

Nessa nova reconfiguração social, a participação popular impulsionada por instrumentos disseminadores de informação em ambientes socializantes como o ciberespaço é fundamental na construção de comunidades cidadã, pois, como lembra Freire (2000, p. 103), “é no espaço social, político e econômico, que ocorre o fenômeno da produção e circulação da informação”. Instrumentos que possibilitem troca de idéias e busca de informações, na medida em que a sociedade está rompendo paradigmas

e criando outros, no ciberespaço, em ambientes interativos de construção de estoques e trocas de informação, criando a cultura de rede anunciada por Lévy (1994, p. 3):

O ciberespaço, interconexão dos computadores do planeta, tende a tornar-se a principal infra-estrutura de produção, transação e gerenciamento econômicos. Será em breve o principal equipamento coletivo internacional da memória, pensamento e comunicação. Em resumo, em algumas dezenas de anos, o ciberespaço, suas comunidades virtuais, suas reservas de imagens, suas simulações interativas, sua irresistível proliferação de textos e signos, será o mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade.

Inteligência coletiva foi um termo desenvolvido pelo sociólogo Pierre Levy. Trata-se de um princípio a partir do qual as inteligências individuais são somadas e compartilhadas por toda a sociedade, potencializadas com o advento de novas tecnologias de comunicação, como a Internet: “Ela possibilita a partilha da memória, da percepção, da imaginação. Isso resulta na aprendizagem coletiva, troca de conhecimentos.” (LEVY, 1994, p. 20). Segundo a trilha do autor, encontramos a idéia da nova interatividade social entre a tecnologia informacional coletiva e a democracia, de forma que:

O espaço cibernetico introduz um novo tipo de interação que a gente poderia chamar de Todos e Todos, que é a emergência de uma inteligência coletiva. Do interior do espaço cibernetico encontramos uma variedade de ferramentas, de dispositivos, de tecnologias intelectuais. Por exemplo, um aspecto que se desenvolve cada vez mais, nesse momento, é a inteligência artificial. Há também os hipertextos, os multimídia interativos, simulações, mundos virtuais, dispositivos de tele-presença [...]. (LEVY, 1994, p. 27)

A idéia postulada pelo presente trabalho entende o caminho que a democracia percorre para que a interligação dos sujeitos geste ambientes coletivamente discutidos, quando:

Temos, portanto os meios de restauração de uma democracia direta e em grande escala, porque, até agora, a democracia direta só podia funcionar em pequena escala, fazendo com que para milhares de pessoas espalhadas em territórios mais distantes não fossem envolvidas. Com o uso de novos instrumentos técnicos dá para fazer uma democracia direta distinta do sistema de representação (cuja organização política remete a um centro de decisão e que está completamente obsoleta na medida em que é tecnicamente obsoleto que as decisões sejam centralizadas) (LEVY, 1994, p. 7).

Nesse cenário de grandes produções, as informações devem ser registradas, organizadas em sistemas que possibilitem o acesso em um suporte tecnológico que permita que o conjunto de estoques seja administrado como uma rede de comunicação e aprendizagem. Tal como propomos desenvolver ao longo do nosso trabalho de pesquisa.

5 Considerações finais

Orçamento participativo e Ciência da Informação são instrumentos que se entrelaçam na busca de elementos que apremem os sujeitos para que o acesso à informação se torne um direito de todos. Romper estruturas de domínio requer ajustes, equilíbrios e mediações com debates, diálogos e tecnologias mediadoras entre atores. Suas relações ultrapassam o centro de interesses por parte daqueles que fazem da política seus próprios alinhamentos. A construção de mecanismos de inclusão se reporta ao imperativo urgente para um país tão desigual e injusto como o Brasil. Empreender uma permanente atitude crítica das ações e de controle das políticas públicas é uma característica de comunidades politizadas.

De forma geral, a produção de tecnologias que possibilitem a comunicação e o acesso à informação sobre orçamento participativo, a partir de um modelo interativo de produção e transferência da informação, se torna relevante para o empoderamento social de grupos desfavorecidos. Modelo este que privilegie a participação popular, proporcionando impulsionadores para comunicações diretas, com promoção sócio-educativa da comunidade, formulando, assim, uma plataforma de cooperação e colaboração via web, entre atores e agentes envolvidos no processo.

Nesse sentido, um protótipo de rede de comunicação virtual, cujo eixo é a socialização da informação sobre orçamento participativo, ambientado no ICOX (Inteligência Coletiva), plataforma tecnológica desenvolvida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresenta-se como ferramenta adequada ao desenvolvimento de uma metodologia participativa que promova a concretização do nosso objetivo. Para tanto, temos a preocupação de trazer para o contexto local métodos e teorias compatíveis com as realidades e prioridades próprias de cada grupo. Os problemas devem ser relativizados e abordados com a participação dos sujeitos, em função de contextos díspares mas discutidas dentro da visão de uma Ciência da Informação comprometida com sua função social. Certamente tal mudança epistemológica implica também numa recriação dos processos de recuperação e transferência de informação.

Assim, é no âmbito local, no quotidiano das vivências reais, que os problemas, na sua multidimensionalidade, são percebidos simultaneamente com a necessidade de articulação entre respostas, entre sistemas, na formas de redes e parcerias, cujo escopo passa pelo reforço da condição de cidadania efetiva e ativa, dos indivíduos em situação de exclusão social. É, também, no local, que mais e melhor, deve se realizar a democracia, numa matriz de intervenção participada, entre agentes e sujeitos, enquanto

atores sociais, concretizando em cada território um “mundo” mais justo, humanizado e solidário.

Budgeting participatory: an approach to Information Science

ABSTRACT

This work suggests highlighting the importance of participatory budgeting as a source of social inclusion in society of intensive information, together with the postulates of Information Science. The participatory model of participatory management of the budget shows signs of possible construction of a method provider of democracy, in which case the information becomes invaluable input. In this context, information science emerged as a web of ties with formulations for concurrent access, dissemination, registration and organization of the information produced are transformed into reality, suggesting, moreover, propositions of order for citizenship education. At the present moment of historical and cultural transition in which we are passing in Brazilian society, communities, and economically and socially excluded people have the possibility to participate in the process of democratic management through participatory budgeting. These clusters of information sharing, and knowledge tend to contribute to creating alternative social space transformation in order to promote the inclusion of disadvantaged social groups in accessing information.

KEYWORDS: Participatory budgeting. Social inclusion. Public policy. Information Science.

Presupuesto participativo: un acercamiento de la Ciencia de la Información

RESUMEN

Este trabajo sugiere destacar la importancia de la presupuestación participativa como una fuente de la inclusión social en la sociedad de información intensiva, junto con los postulados de la Ciencia de la Información. El modelo participativo de gestión participativa del presupuesto muestra signos de posible construcción de un proveedor de método de la democracia, en cuyo caso la información se convierte en entrada de un valor incalculable. En este contexto, ciencias de la información surgió como una red de vínculos con las formulaciones para el acceso concurrente, difusión, registro y organización de la información producida se transforman en realidad, lo que sugiere, además, propuestas de resolución de educación para la ciudadanía. En este momento de transición histórica y cultural en el que estamos pasando en la sociedad brasileña, las comunidades y excluidos económica y socialmente la gente tiene la posibilidad de participar en el proceso de gestión democrática a través de los presupuestos participativos. Estos grupos de intercambio de información y el conocimiento tienden a contribuir a la creación de alternativas de transformación del espacio social a fin de promover la inclusión de grupos sociales desfavorecidos en el acceso a la información.

PALABRAS CLAVE: Presupuesto participativo. Inclusión social. Políticas públicas. Ciencias de la Información.

Referências

- ARAUJO, V.M.R.H. de. **Sistemas de recuperação da informação:** nova abordagem teórico-conceitual. 1994. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000.
- BALABAN, D. S. A importância de conselhos de alimentação escolar: o controle de políticas públicas sob a ótica da cidadania. In: SOUZA, D. B. (Org.). **Acompanhamento e controle social da Educação:** fundos e programas federais e seus conselhos locais. São Paulo: Xamã, 2006.
- FEDOZZI, Luciano. Práticas inovadoras de gestão urbana: o paradigma participativo. **Rev. Paran. Desenv.**, Curitiba, n. 100, p. 93-107, jan./jun. 2001.
- FELIX, R. Sánchez. **Orçamento participativo:** teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREIRE, G.H. de A. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem.** 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, CNPq/IBICT, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. Construindo um hipertexto com o usuário. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 101- 110, set./dez. 2000.
- _____. Redes virtuais de aprendizagem na sociedade e na pesquisa. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 13, p. 55-67, 2008.
- FREIRE, I.M. **A Responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou a consciêrncia possível no campo científico.** 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, CNPq/IBICT, Rio de Janeiro, 2001.
- GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.57-93, 1999.
- _____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, SP, v.15, n.1, p.31-43, 2003.
- LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LEVY, Pierre. Em defesa da inteligência coletiva. Entrevista a Fábio Fernandes, **Jornal Nova-e**, 2001. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=2888&ID=34&ParamEnd=6&autor=168>>
- _____. **A Emergência do ciberspace e as mutações culturais.** 1994. Palestra realizada no Festival Usina de Arte e Cultura, promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em outubro de 1994. Tradução: Suely Rolnik.
- MARQUETTI, Adalmir. CAMPOS, G. A. de. PIRES, Roberto. **Democracia participativa e redistribuição:** análise de experiências de orçamento participativo. São Paulo: Xamã, 2008;

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, p.127-140, 1975.

Alex de Araujo Lopes

Professor de Economia e Ciências Contábeis na Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA).

Professor de Economia e Ciências Contábeis no Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP).

Isa Maria Freire

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).